

O Ofício das Baianas de Acarajé: narrativas sobre o modo de saber fazer

Debora Simões de Souza Mendel

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Museu Nacional, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Doutoranda em Antropologia Social
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5046-7731>
E-mail: debora.simoess@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como ponto de partida a concessão do título de Patrimônio Cultural do Brasil ao Ofício das Baianas de Acarajé, em 2004. O foco central são as narrativas das próprias detentoras do bem de natureza imaterial que serão analisadas a partir da origem religiosa e étnica do Ofício. Também utilizo as fontes escritas (certidão, pareceres, dossiê) produzidas no decorrer do processo de registro. A metodologia escolhida foi a observação participante, realizada no trabalho de campo na cidade de Salvador. O objetivo é apresentar e problematizar a construção das narrativas das baianas de acarajé com base no desenvolvimento dos argumentos que justificam o Ofício como referência cultural. Entendo esse bem como um patrimônio negro ligado à religiosidade afro-brasileira.

Palavras-chave: Ofício das Baianas de Acarajé; Patrimônio imaterial; Salvador; Narrativa; Religiosidade.

The Craft of the Baianas of Acarajé: narratives about the way of knowing how to do

495

Abstract: The present article starts with the granting of the title of Cultural Heritage of Brazil to the Office of the Baianas of Acarajé in 2004. The central focus is the narratives of the owners of the immaterial nature that will be analyzed from the origin of the office's religious and ethnic identity. I also use the written sources (certificate, opinions, dossier) produced during the registration process. The chosen methodology was the participant observation carried out in the field work in the city of Salvador. The objective is to present the construction of the baianas de acarajé narrative based on the development of the arguments that justify the ofício as a cultural reference. I understand this as a black heritage linked to Afro-Brazilian religiosity.

Keywords: Craft of the Baianas of Acarajé; Intangible heritage; Salvador; Narrative; Religiosity.

Texto recebido em: 30/03/2018

Texto aprovado em: 31/05/2019

Dez horas da noite, na rua deserta a preta mercando parece um lamento. È o abará na sua gamela tem molho ê cheiroso, pimenta da costa, tem acarajé.
Ô acarajé é cor, ô lá, lá iô vem benzer tá quentinho.
Todo mundo gosta do acarajé. O trabalho que dá para fazer que é.

Dorival Caymmi

Uma vitória no processo de luta

Em 10 de dezembro de 2004, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realizou o registro do Ofício das Baianas de Acarajé, no Livro dos Saberes, como Patrimônio Cultural do Brasil. Porém, essa data é um pequeno ponto num grande percurso que envolve as vendedoras de comidas de tabuleiro, os objetos que compõem a imagem delas, as receitas destas comidas, os significados na esfera religiosa, a ocupação do espaço público, entre outras questões.

As baianas de acarajé só receberam reconhecimento e valorização mais vastos na sociedade brasileira a partir da década de quarenta do século XX. Conforme foi se processando a aceitação social do seu trabalho, as baianas de acarajé converteram-se em símbolos da cultura baiana. Em decorrência desse processo, a baiana de acarajé, nos últimos anos, tem sido apresentada como modelo da boa receptividade e marca da simpatia baiana; ela representa a Bahia no mundo (IPHAN, 2004, p. 5).

A solicitação do registro do bem cultural, ou seja, a formulação Carta de Pedido, foi realizada em 5 de novembro de 2002, por representantes de três entidades: a Associação das Baianas de Acarajé Mingau e Receptivos do Estado da Bahia (ABAM) – entidade civil, o Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá – entidade religiosa, e o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO-UFBA) – entidade acadêmica, e encaminhada ao Ministro da Cultura da época. O documento apresentou as normas instituídas no decreto 3.551, de 2000, que exige a participação dos detentores do bem e também da sociedade civil no processo de registro (IPHAN, 2002).

O campo do patrimônio imaterial nos coloca na discussão sobre memória e construção de identidade – étnica e nacional –, e no debate sobre cidadania. Como tal, interessa a todos, por se formar em direito essencial dos cidadãos e base para a construção da identidade cultural (LE GOFF, 2005). O reconhecimento legal dos patrimônios negros, como o Ofício das Baianas de Acarajé, envolve uma questão de participação social que num passado foi negada a essa parcela da população. O povo negro está num longo processo de luta, cujas conquistas estão associadas à valorização e ao reconhecimento oficial do papel deste povo na formação do país.

Apresento o Ofício das Baianas de Acarajé a partir das narrativas¹ das próprias detentoras do bem. Utilizo as fontes escritas (certidão, pareceres, dossiê), produzidas no decorrer do processo de registro, para apresentar as justificativas

que colocam tal Ofício na categoria de patrimônio. O objetivo do artigo é problematizar a categoria de patrimônio para pensar o Ofício enquanto patrimônio negro que traz à baila a questão de identidade negra e de gênero.

Ao falar da importância deste grupo de mulheres para a sociedade baiana, pontuo, por exemplo, os “lugares de memória” (NORA, 1988) e os marcos no calendário festivo, da cidade de Salvador. O Memorial da Baiana e o Museu Gastronômico da Baiana são “lugares de memória” ligados ao grupo, ambos situados no bairro do Pelourinho. Em relação ao calendário: o Dia Nacional da Baiana de Acarajé² (25 de novembro) e o dia de Santa Bárbara, padroeira das baianas de acarajé (4 de dezembro), entre outros dias festivos nos quais as baianas de acarajé são destaques.

Saberes e práticas de um Ofício

Na certidão do IPHAN (2004), o Ofício das Baianas de Acarajé é definido como:

A prática tradicional de produção e venda, em tabuleiro, das chamadas comidas de baiana, feitas com azeite de dendê e ligadas ao culto dos orixás, amplamente disseminadas na cidade de Salvador, Bahia (...) No início, todas as pessoas que produziam e comercializavam o acarajé eram iniciadas no candomblé, numa prática restrita a mulheres, em geral filhas-de-santo- dedicadas ao culto de Xangô e Oiá (Iansã) (IPHAN, 2004, p. 1).

No parecer consultivo da mesma instituição, está presente o depoimento da baiana de acarajé Nancy Souza. Em entrevista no ano de 2001 para o processo de patrimonialização, ela narra a história de Xangô e suas esposas Oxum e Oiá (Iansã), primeira e segunda esposas, respectivamente. A narrativa de Nancy é longa e não será reproduzida aqui, mas é importante destacar que Xangô comia o acarajé preparado apenas por Oxum, e Iansã, como criada, ao descobrir o que seu senhor comia, teve que se casar com ele.

O Ofício é uma prática de um grupo, que tem seu surgimento num contexto histórico específico. O Ofício tratado neste artigo mescla uma complexidade de elementos ligados ao candomblé a um mundo alimentício mercadológico que sofreu inúmeras intervenções ao longo dos anos. Sobre a inserção do ofício no Brasil, o próprio documento, que concedeu a ele o título de patrimônio, apresenta que: “a

feitura do acarajé foi trazida pelas escravas negras no período colonial e tem sido reproduzida no Brasil há vários séculos. Na maior parte do tempo foi transmitida oralmente por sucessivas gerações” (IPHAN, 2004, p. 1). Nesse sentido, destaco duas dimensões do bem: a relação com o continente africano, a partir das “escravas de ganho”, e o seu aspecto religioso.

O Registro desse bem compreende mais do que a baiana ou o próprio acarajé, abarca os seguintes aspectos: as formas de preparo das comidas, com diferenciações entre comida e oferta religiosa e, também, da comida vendida nos pontos públicos; os elementos que compõem a indumentária própria da baiana, o preparo dos tabuleiros e os pontos onde se instalam. Mas, também, os “significados atribuídos pelas baianas ao seu ofício e os sentidos atribuídos pela sociedade local e nacional a esses elementos simbólicos constituintes da identidade baiana” (IPHAN, 2004, p. 2).

O Ofício das Baianas de Acarajé, como patrimônio, necessita das técnicas corporais e dos objetos para se constituir como tal. A categoria de patrimônio transita entre o material e imaterial, ao mesmo tempo em que guarda em si as duas dimensões (GONÇALVES, 2005). O Ofício em si não pode existir enquanto patrimônio se não for relacionado com um conjunto de objetos, ou melhor, “coisas” (APPADURAI, 2008) e sujeitos.

Nesta parte do texto apresento uma baiana e sua relação com o seu Ofício. A baiana de acarajé Jurivina Silva (conhecida como baiana Ju) me recebeu em seu ponto, no dia 13 de julho de 2012, numa sexta-feira. Como de costume, vestia-se toda de branco. Não só ela, mas a maioria das pessoas que estava no entorno ou visitando a Igreja Nosso Senhor do Bonfim também. “Sexta-feira é dia de branco, para quem é do axé”, como a mesma colocou, pois é dia de “Oxalá, cor do orixá”. A baiana de acarajé Jurivina tem um tabuleiro em frente à Igreja Nosso Senhor do Bonfim, no largo, onde há mais três pontos de acarajé, mas neste dia específico não estavam lá por causa do mal tempo e da possibilidade de chuva.

A baiana Jurivina nasceu em 1960, na cidade de Salvador, reside no bairro de Plataforma, no subúrbio da cidade. Ela trabalha com comida de tabuleiro há 22 anos, mesmo período em que ela começou sua vida no candomblé. Deste modo, sua relação com os objetos que representam a baiana de acarajé é construída a partir da sua história de vida, principalmente com a entrada da mesma no candomblé e da amizade com a baiana de acarajé que a ensinou o ofício. Ela constrói sua

narrativa a partir da inserção dela no ofício, por meio de laços sociais firmados no terreiro de candomblé.

A entrada da baiana está associada à iniciação dela no candomblé, na relação com seu orixá.

Meu pai de santo disse que meu santo mexia com tudo, trabalhava com tudo, que eu podia vender acarajé. Porque eu vendia lanche, entregava lanche nos escritórios, fazia meus lanches: pastel, banana real, coxinha, enroladinho e passava nos escritórios para vender, fazer as entregas passava pelas ruas vendendo. Depois, quando eu fiz santo ele falou; 'Por que você não muda? E vende acarajé? Por que seu santo mexe com tudo'. Então, eu tentei uma amiga me ensinou (Jurivina Silva, entrevista, 2012).

Ela aprendeu a fazer e a montar um tabuleiro com uma amiga que frequentava o mesmo candomblé que ela. Ou seja, ela aprendeu o Ofício na família de santo onde os laços são reafirmados nas relações sociais ocorridas no cotidiano do terreiro de candomblé. A família de santo é o conjunto de pessoas comprometidas entre elas e com o terreiro e geralmente, exercem funções na estrutura hierárquica do candomblé. Pode ser chamada de mãe ou pai de santo, de ialorixá (feminino) ou babalorixá (masculino) Em suma, é a pessoa responsável pelo terreiro. O templo possui uma estrutura de cargos e funções que geralmente segue a lógica do tempo da iniciação (quanto mais velho mais importante é o cargo que a pessoa pode ocupar). A mãe de santo é a intermediária entre o fiel e o mundo dos deuses. Entre suas funções estão: descobrir a filiação divina do indivíduo, apresentar os ritos que levam ao estabelecimento do pacto entre o adepto e seu orixá, descobrir os tabus do iniciado, indicar as oferendas próprias para seu orixá, etc. Para a realização de todas essas atividades espirituais é necessário o jogo de búzios, que é restrito ao líder do terreiro. (PRANDI, 2000).

O ofício da baiana e a venda de acarajé têm sua origem em Salvador, ainda no período colonial, onde mulheres (escravizadas ou libertas) faziam os acarajés e, quando caía a noite, estes eram vendidos em cestos ou tabuleiros colocados na cabeça. As baianas andavam pela cidade em busca de compradores.

O comércio de comidas em tabuleiro, principalmente o acarajé, já era feito na costa ocidental da África, como meio das mulheres adquirirem autonomia, muitas delas sustentavam financeiramente suas casas (IPHAN, 2007). A receita do acarajé surgiu no Golfo do Benin, também na parte Ocidental do continente (IPHAN, 2004, p. 1). A maioria da mão de obra escravizada no Brasil foi brutalmente trazida dessa mesma parte do continente africano.

No Brasil, no período colonial, a venda pública de comida, realizada por escravizados para seus senhores, ou mesmo feita por libertas, possibilitava maior contato entre estes sujeitos no ambiente urbano. A circulação desses sujeitos pela cidade e as relações construídas nesse contexto contribuíam para o cumprimento dos “ciclos de festas – as obrigações do candomblé – e, muitas vezes, para a criação de irmandades religiosas” (IPHAN, 2007, p. 15).

O papel desempenhado por negras vendedoras de quitutes é narrado pela Baiana Jurivina, situando o surgimento do acarajé na África e a chegada à Bahia, destacando o aspecto religioso dessa comida:

O acarajé veio da África, o acarajé veio da África, compreendeu? Depois da África veio para a Bahia, único lugar que ele se instalou foi na Bahia e era fechado, só abria para colocar a pimenta e as mulheres que eram de Iansã levavam dentro do tabuleiro já em cima da cabeça para pagar obrigação, pra pagar obrigação (...) as mulheres de Iansã botava a saia de ração, que é essa aqui [mostrou a saia de baixo], uma saia de ração³ só. Amarrava aqui em cima [aponta para em cima dos seios], não levava sutiã nem nada não, só a calçinha e a saia de ração aqui ô amarrava aqui e as contas dela no pescoço. Levava o tabuleiro na cabeça só com pimenta, só com pimenta e saia em porta em porta vendendo, oferecendo ‘olha o acará, olha o acará quem vai querer?’ [cantando]. Saía vendendo assim para pagar obrigação, hoje em dia, virou uma profissão e sustento, para sua família (Jurivina Silva, entrevista, 2012).

A baiana faz questão de demarcar a “origem” do acarajé, como ele era oferecido ou vendido, e o papel das filhas de Iansã nas atividades que relacionavam o sagrado, na necessidade de fazer a obrigação ao orixá, ao cotidiano, na imprescindibilidade de sair na rua vendendo o acarajé em cestos na cabeça. A construção da narrativa de Jurivina sobre o lugar do acarajé no universo do candomblé é montada numa relação de negação do “bolinho de Jesus”⁴.

No trecho apresentado anteriormente, a baiana constrói a origem do acarajé com base em dois planos: o religioso e o étnico. No primeiro, apresenta a relação das filhas de Iansã com o acarajé. Já no segundo, a comida é apresentada como oriunda da “África”. A construção de identidades, feita por essa baiana, compreende o eixo de negação e de construção do verdadeiro acarajé. Para isso, ela apresentou a “África” como algo geral, ou seja, como um lugar de onde o acarajé foi deslocado e chegou até a Bahia. A baiana Jurivina constrói a legitimidade de usar o acarajé a partir da origem deste, sendo ela geográfica e religiosa, acabando por conceder um valor primordial à fixação do acarajé na Bahia.

Utilizo a “África” entre aspas, para destacar a problemática que há em torno desse continente, que é comumente tratado como uno, sem suas particularidades pujantes próprias de um continente diverso e plural. Segundo Stuart Hall (2011, p. 31), “o termo África é, em todo caso, uma construção moderna, que se refere a uma variedade de povos, tribos, culturas e línguas, cujo principal ponto comum situa-se no tráfico de escravos”. Sobre as construções das identidades negras na diáspora o autor salienta:

Possuir uma identidade cultural, primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando o passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Este cordão umbilical é o que chamamos de tradição, cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua ‘autenticidade’. É claro, um mito – com todo o potencial real dos nossos mitos dominantes de moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significado às nossas vidas e dar sentido a nossa história (HALL, 2011, p. 29).

Os mitos possuem diversas funções e são importantes para construirmos nossas histórias, como salienta o próprio Hall (2011).

Ainda sobre o surgimento do acarajé, outra baiana conta:

O acarajé pertenceu à África, ele era com pimenta, só pimenta e ralado na pedra. Depois as negras colocavam os acarajés na cabeça e saíam mercando, só começavam a vender depois das cinco horas. Elas subiam e desciam o Pelourinho vendendo acaçá, abará e acarajé. Elas vendiam o acarajé frio, todo mundo só comia frio e começavam às cinco horas da tarde e iam até seis e meia e sete horas elas vendiam o acarajé. Porque ali, onde é o Pelourinho, tiveram muitos africanos e tem gente enterrada ali no Pelourinho. (...) O acarajé é de Iansã, de Xangô, é Iansã quem faz o acarajé e o acará é de Xangô. O abará é de Ogun, a cocada de Obaluaiê (Maria das Graças, entrevista, 2012).

Maria das Graças nasceu em 5 de dezembro de 1947, em Salvador, onde vende acarajé há 34 anos. Ela me concedeu a entrevista em seu tabuleiro, em Itapuã, em julho de 2012. Em sua narrativa, a África é novamente utilizada como lugar de onde o acarajé veio e a Bahia o espaço onde este se fixou. A África e o candomblé são utilizados para legitimarem o seu acarajé. O passado histórico é apresentado com o intuito de construir sua identidade de baiana de acarajé, valorizando, assim, o ofício e a sua participação neste.

A frase “agora somos patrimônio”, dita por Rita dos Santos (atual presidente da Associação das Baianas de Acarajé – ABAM), foi título da dissertação de Nina Bitar (2010), trabalho etnográfico sobre as baianas de acarajé do Rio de Janeiro.

Um dos objetivos da autora foi analisar como as baianas de acarajé concebem a categoria jurídica patrimônio, por meio de seu entendimento do que é o registro do ofício.

O registro do Ofício das Baianas de Acarajé, muitas vezes, é utilizado para demarcar as diferenças (BITAR, 2010), tanto uma diferença entre os ambulantes e estas, como entre elas e as baianas do “bolinho de Jesus”. A Associação se preocupa com a prática da comercialização das baianas evangélicas. Pois, muitas delas se recusam a utilizarem o traje típico, tendo em vista que o mesmo tem forte ligação com o universo das religiões de matrizes afro-brasileiras. A ligação do ofício com a religiosidade afro-brasileira, tão importante para o título de patrimônio, muitas vezes é negada pelas baianas evangélicas.

A baiana Mary, que trabalha no Pelourinho há mais de 15 anos e aprendeu o Ofício com sua mãe criticou a prática do bolinho de Jesus e relacionou o fim desta com o registro do patrimônio. Para ela, o maior problema é que as baianas evangélicas, muitas vezes, não respeitam a ligação religiosa e descaracterizam os pontos de acarajé colocando elementos de outra religião, como por exemplo, a Bíblia. Segundo ela:

O acarajé é uma comida que veio da África, e só quem vendia o acarajé eram as filhas de Iansã, ele é uma comida de orixá. Ele tem uma cultura, ele tem o sincretismo (...). Ele [o acarajé] deveria ser mais respeitado porque agora ele é patrimônio imaterial nacional, sua receita tem que ser preservada por causa disso (Dulce Mary de Jesus, entrevista, 2012).

Em conversa, Rita me contou um episódio que ocorreu na Festa de Barretos, em São Paulo, em que uma baiana de acarajé estava num ponto, num local dito inapropriado, então chamaram um policial para retirá-la: “o policial falou: eu não vou tirar ela dali não, porque ela é patrimônio” (Rita dos Santos, , entrevista, 2012). Para ela, em determinada medida, as baianas de acarajé ganharam mais visibilidade depois do registro. Porém, isso não excluiu as lutas e embates políticos que acontecerão.

Sobre as mudanças depois do título de patrimônio cultural:

Por que a baiana foi reconhecida, passou a ser mais respeita, hoje as pessoas se limitam a falar alguma coisa para a baiana ou sobre as baianas. As piadinhas que a gente ouvia antes, as pessoas se limitam muito, ou não falam mais muitas coisas que a gente ouvia. As pessoas passaram a confiar mais, as pessoas contratam mais também, para eventos, casamentos, as festas, até peças de teatro.

Principalmente, em festas para servir acarajés (Tânia Barbara Nery, entrevista, 2012).

Para as baianas de acarajé, o título de registro é uma arma de luta. A categoria patrimônio articula passado, presente e futuro. A baiana de acarajé aciona o passado para contar sua trajetória de vida ou mesmo para apresentar um passado histórico da chegada do acarajé à Bahia; o presente, que é aquele tempo em que o bem está em ação; e o futuro, quando ela apresenta seus projetos, demandas, lutas e expectativas.

Gonçalves (2005; 2007) explora o conceito de patrimônio enquanto categoria de pensamento e não apenas como uma categoria jurídica. Nessa concepção, o patrimônio está ligado à dimensão da subjetividade, tendo em vista que esta implica certa forma peculiar de continuidade entre passado, presente e futuro.

À luz dessa categoria, aquelas instituições, ritos e objetos podem ser percebidos simultaneamente em sua universalidade e em sua especificidade; reconhecidos ao mesmo tempo como necessários e contingentes; adquiridos (ou construídas e reproduzidas no tempo presente) e ao mesmo tempo herdados (recebidos dos antepassados, de divindades, etc.); simultaneamente materiais e imateriais; objetivos e subjetivos; reunindo corpo e alma; ligados ao passado, ao presente e ao futuro; próximos, ao mesmo tempo em que distantes; assumindo tantas formas sociais quanto formas textuais (...). O sentido fundamental dos 'patrimônios' consiste talvez em sua natureza total e em sua função eminentemente mediadora (GONÇALVES, 2005, p. 30).

O Ofício das Baianas de Acarajé e os patrimônios negros

O reconhecimento dos patrimônios imateriais, geralmente ligados à população indígena e negra, é resposta às lutas de movimentos sociais das ditas minorias. Se no passado, nas primeiras décadas do século XX, as políticas patrimoniais brasileiras centravam-se no patrimônio ligado a Portugal, atualmente temos um movimento de valorização do patrimônio ligado à população negra, fazendo do Ofício das Baianas de Acarajé parte desse movimento. O patrimônio imaterial criou um novo campo político, no qual os antropólogos, que geralmente são os responsáveis pelos inventários e pareceres, os sujeitos detentores do bem e os representantes do IPHAN discutem, fazem alianças e, por muitas vezes, discordam.

Ao me aproximar das baianas de acarajé, pude observar como algumas delas se colocam nesses espaços de diálogo organizados pelo IPHAN. Observei, também, seus discursos, que são alicerçados por uma posição religiosa e política dentro do candomblé, sendo a “filha de Iansã e a dona do acarajé” as atuantes na Associação das Baianas.

Adentrando-se nas políticas oficiais sobre patrimônios imateriais no Brasil, pode-se dizer que estas ganharam força no início do século XXI. Nos documentos que tratam desse assunto há, constantemente, a importância da presença dos sujeitos cujo bem patrimonial é referência cultural. Assim, o IPHAN tem a responsabilidade de promover esses encontros com as representantes das baianas de acarajé. Nem sempre esses momentos são harmoniosos, há inúmeras divergências, nem sempre os dois lados concordam. Em outras palavras, é um campo político, permeado de relações de poder.

Sendo assim, a presença das baianas, nas comemorações, reforça a ideia delas como símbolos na construção de uma identidade baiana. Logo, o Ofício das Baianas de Acarajé enquadra-se num novo tipo de patrimônio, cuja perspectiva rompe com a lógica do patrimônio ligado apenas à identidade nacional e insere-se no patrimônio associado aos grupos sociais (CAVALCANTI; GONÇALVES, 2010). No contexto brasileiro, tal transformação ocorreu, sobretudo, na década de oitenta do século XX.

Como foi dito anteriormente, o Ofício das Baianas de Acarajé insere-se no conjunto de símbolos e saberes relacionados e alicerçados numa “representação africana”, e isso é percebido nos discursos das próprias baianas, que valorizam o acarajé e sua origem a partir da ligação com a “África”, ou seja, um continente construído, que só existe no imaginário, a “África mítica” (CAPONE, 2009; HALL, 2010; PINHO, 2004, 2010).

O que analiso aqui é um patrimônio que extrapola uma dimensão nacional (este deve ser visto na ótica de um patrimônio transnacional), os saberes relacionados ao acarajé. Em outras palavras, o universo simbólico em que essa comida está inserida, e não apenas ela, mas os demais objetos que compõem as baianas de acarajé e fazem parte de um fluxo “transnacional” (GILROY, 2011) de patrimônios negros. Os patrimônios negros estão viajando pelo mundo, são usados muitas vezes como discursos políticos e caminho para inserção política e social, como é o caso de inúmeros líderes de candomblé, e, por meio de projetos de

divulgação das manifestações culturais afro em diversos países pelo mundo, adquirem status e reconhecimento social.

Entre as linhas conceituais utilizadas neste texto, encontra-se a ideia de diáspora no Atlântico Negro, baseada nos estudos de Paul Gilroy, citado anteriormente. O conceito de diáspora negra, defendido pelo autor, extrapola uma dimensão e coloca em prova a concepção da identidade como algo ligado apenas ao espaço, à cultura e à origem étnica. A diáspora é produzida na interação e variação de incontáveis culturas negras, que não podem ser reduzidas a tradições nacionais, nem tampouco étnicas. A nova concepção de diáspora valoriza as relações “supranacionais” e rejeita a supremacia do Estado-nação moderno e do nacionalismo. Nesse sentido, ela possui uma habilidade não nacional, na medida em que o conceito é incorporado em relatos que rejeitam o essencialismo ético na constituição da identidade.

Gilroy aponta a importância de uma análise centrada nos trânsitos e trocas ocorridas no chamado “Atlântico Negro”, na qual, de acordo com a ideia de diáspora, “nós poderemos então ver não a raça, e sim formas geopolíticas e geoculturais de vida que são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem” (GILROY, 2012, p. 24).

O Atlântico negro pode ser entendido, metaforicamente, como as relações transnacionais elaboradas na modernidade, que se expandiram e que criaram um sistema mundial de comunicações caracterizado pelas trocas culturais e o constante fluxo. A constituição de tal rede permitiu às populações negras, no decorrer da diáspora africana, produzirem uma cultura que não é possível ser denominada unicamente como caribenha, africana, americana ou britânica, mas deve ser entendida como o conjunto de todas elas ao mesmo tempo. Tal cultura é a do Atlântico Negro, que possui no seu fundamento o hibridismo, sendo assim não se limita às fronteiras étnicas ou nacionais.

O Ofício das baianas de acarajé é reivindicado como patrimônio, por fazer parte do que pode ser denominado como de cultura negra diáspora. A forte ligação com a religiosidade é fator essencial nesse processo de valorização e reconhecimento do Ofício. Tais características estão presentes nas narrativas das próprias baianas de acarajé, como podemos ver na fala da baiana.

Baiana que é patrimônio é baiana de acarajé, que tem história, é baiana que tem uma longa história para levar adiante e contar, que

tem conteúdo. Não é uma baiana de 2012, que chega para vender acarajé por que fez um curso e que tem um emprego e por segunda opção, para ganhar mais dinheiro, vai montar um tabuleiro de acarajé, sem saber da religião, do candomblé, sem saber do fundamento. Disso, eu sou contra (Tânia Bárbara Nery, entrevista, 2012).

A posição defendida por Tânia reafirma a importância da questão religiosa na essência desse patrimônio. O Ofício não está sozinho, pois este faz parte de um processo de criação de políticas culturais que contemplam as manifestações da cultura negra. Jocélio dos Santos (2005) identifica o início desse movimento na Bahia, especificamente na década de 1950, um processo longo que envolvia lideranças de diversos grupos do movimento negro e políticos nas diferentes esferas. Outro aspecto relevante, que em certa medida está inserido nesse mesmo movimento, foi o desenvolvimento de ações de tombamento de terreiros classificados como “tradicionais” na Bahia. Em agosto de 1986, o terreiro da Casa Branca, em Salvador, foi tombado como Patrimônio (IPHAN, 2013, p.29). O processo teve início em 1984 e foi marcado por diversos conflitos sociais, mas o que em síntese ainda estava em discussão era a valorização e o reconhecimento da religiosidade afro como patrimônio, especificamente o patrimônio negro. Até o presente momento, o IPHAN tombou sete terreiros de candomblé, o já citado Casa Branca; Gantois; Alaketu; Bate-folha; Casa de Oxumaré, sendo um na Bahia e outro em São Luís, no Maranhão; e Casa das Minas Jeje (IPHAN, 2013).

Os terreiros de candomblé tombados pelo IPHAN receberam o título em questão por conservarem a tradição religiosa, que tem forte ligação com o processo de reafirmação (CAPONE, 2009), cujo objetivo era a busca das tradições africanas, tanto na África como na Bahia. Nesse sentido, os terreiros tradicionais são aqueles que preservaram suas raízes africanas. Por outro lado, o retorno às raízes africanas foi um movimento que ocorreu em diversas partes do mundo. Capone (2011, p. 13-14) destaca o padrão de “continuidade que existe entre as diferentes experiências religiosas afro-americanas, em que a importância atribuída às origens e ao passado africano está bem no centro da história dos negros norte-americanos”.

A autora apresenta o constante esforço de procura das origens e da formação de uma identidade étnica de grupos negros norte-americanos que, sobretudo a partir da década de 1960, ligaram-se à religião dos orixás. Capone se concentra na difusão da santería nos Estados Unidos, relacionada à entrada de imigrantes

cubanos praticantes desse tipo de culto no país. Nesse processo, a religião dos orixás era fortalecida como marca da pureza racial africana. Nesse contexto, a religião dos orixás adquiriu um significado político de identidade étnica, cujo foco é o fortalecimento da cultura africana, mais precisamente a cultura iorubá, em terras americanas. A reafrikanização não foi um processo exclusivo do Brasil ou dos Estados Unidos. Quanto a este país, Capone investigou a religião dos orixás, realizando várias comparações com as religiões nos demais países americanos, agregando a isso suas origens na Nigéria.

Nesse circuito de bens negros à Bahia, sobretudo a cidade de Salvador é um polo exportador e importador, principalmente dos símbolos e dos conhecimentos relacionados aos terreiros de candomblé. A Bahia detém o título de “Meca da Negritude” (PINHO, 2004, 2010), por ser considerado o local onde as religiões dos orixás mais resistiram.

Mundialmente falando, os patrimônios negros, incluindo assim o Ofício das Baianas de Acarajé, estão sendo reconhecidos e valorizados. Isso é resultado de lutas políticas travadas contra uma hegemonia branca, eurocêntrica. O processo que concedeu a legitimação para os símbolos africanos foi marcado, especificamente no Brasil, por uma politização dos líderes dos candomblés e a inserção dos antropólogos nessa esfera. Sobre o processo de reafrikanização no Brasil e o papel dos antropólogos nesse movimento, Capone (2009, p. 281) apresentou que “a tradição africana pura se constrói, graças aos antropólogos e aos viajantes que vão à África, em torno de um tronco religioso comum que, partindo do Engenho Velho e passando pelo Gantois, cristaliza-se no terreiro do Axé Opô Afonjá”. O terreiro Engenho Velho, citado pela autora, foi o primeiro espaço de culto de candomblé tombado como patrimônio, como apresentamos anteriormente, e o Gantois compõe o grupo dos sete terreiros que foram tombados pelo IPHAN. Já o Axé Opô Afonjá participou da carta de pedido de registro do Ofício das Baianas de Acarajé como patrimônio cultural brasileiro. Enfim, os símbolos africanos, ou seja, os “terreiros tradicionais”, saberes ancestrais, e, mais especificamente, o Ofício das baianas de acarajé, fazem parte do reconhecimento mundial dos patrimônios negros. Não obstante, nota-se a importância da constituição política destes patrimônios, sem excluir a extensão desse processo no cotidiano destas populações e sua relação com as políticas de reparação voltadas para as populações negras. Essa problemática poderá ser desenvolvida em trabalhos futuros.

De acordo com o Parecer Jurídico, o início do Ofício da baiana de tabuleiro, em Salvador, é associado à preparação e venda do acarajé, este último identificado como comida africana, ou seja: “O Ofício da baiana de tabuleiro em Salvador teve início com a feitura do acarajé, produto originário do continente africano. A feitura do acarajé foi trazida pelas escravas negras no período colonial e tem sido reproduzida no Brasil há vários séculos” (IPHAN, 2004, p. 1).

Alguns caminhos dos patrimônios imateriais

O registro do bem analisado aqui ocorreu por causa de uma série de transformações políticas e sociais, na forma e na maneira de se reconhecer um bem, na preservação, na importância social, e, sobretudo, em uma ação do Estado brasileiro para atender a uma demanda da população negra, que estava em luta, no contexto específico brasileiro (SANTOS, 2005).

Nessa conjuntura, a Constituição Federal de 1988 traz inovações nas dimensões patrimoniais, presentes principalmente nos artigos 215 e 216, que tratam dos bens materiais e imateriais, destacando a importância das diferentes dimensões dos bens imateriais, desde que sejam “portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, p. 107). A Nova Constituição Brasileira sinalizava as mudanças que haviam ocorrido no cenário político e cultural. Dentre tais mudanças, estariam as ações dos novos agentes sociais que entravam em cena.

Em suma, a partir da década de 1980 ocorreu o processo de consolidação das políticas patrimoniais de bens imateriais, desenvolvido, sobretudo, no ano 2000, com o Programa Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial (decreto nº 3.551⁵). Porém, em outros termos, os atuais patrimônios culturais já faziam parte da atenção dos folcloristas. Por mais que no início do século XX nossos patrimônios fossem de “pedra e cal”, ou seja, de valorização de um “legado barroco” (CHUVA, 2009), houve tentativa de mudança na valorização de uma determinada cultura popular.

Um exemplo foram os trabalhos de registros da cultura popular e folclore de Mário de Andrade, ainda na década de 1930. A iniciativa do escritor modernista é uma demonstração de iniciativas de tentativas de reconhecimento e valorização do povo brasileiro. No anteprojeto de elaboração do Serviço do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional (SPHAN, 1936), Andrade demonstrou sua atenção à cultura do povo. Para tanto, inclui como Patrimônio Artístico Nacional obras de artes populares, dentre elas manifestações de folclore: “música popular, contos, históricos, lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas” (SPHAN, 1980, p. 57). Andrade expôs sua visão abrangente de patrimônio, no entanto suas concepções não foram aceitas em termos de implementação de lei. O Decreto-Lei número 25, de 1937, foi um importante documento sobre tombamento de bens materiais, excluindo as ideias amplas de patrimônio formuladas pelo intelectual, ainda que este, a despeito disso, tenha efetivado ações pioneiras de registro documental de manifestações de natureza imaterial no decorrer de sua trajetória profissional (SANT’ANNA, 2009, p. 54). A importância da atuação dele foi reconhecida por Gilberto Gil, na época em que era Ministro da Cultura:

A ideia de ampliar o raio de proteção, de preservação, e de valorização dos bens simbólicos de nosso povo foi, na verdade, sugerida por Mario de Andrade, no contexto do nascimento do Iphan, quando a consciência de preservação da memória nacional começou a se enraizar na sociedade brasileira (IPHAN, 2003, p. 7).

Antes da década de 1980, os patrimônios que foram tombados necessariamente possuíam uma ligação direta com a nação, ou seja, uma referência portuguesa (FONSECA, 2009), representavam a identidade nacional. Já o movimento folclórico brasileiro, entre as décadas de 1940 e 1960, tinha como foco central a cultura popular que simbolizava a ‘autêntica’ identidade nacional. Todavia, nos últimos anos, patrimônios relacionados a grupos étnicos estão sendo reivindicados e reconhecidos também por uma relação com o nacional, mas não somente por isso (CAVALCANTI; GONÇALVES, 2010).

Canclini (1994) apresenta um vasto conjunto de problemáticas ligadas ao alargamento do conceito de patrimônio, sublinhando a participação dos grupos sociais, porém mostra que há nas discussões patrimoniais uma participação desigual de tais grupos. Até em países onde a legislação e os debates oficiais adquirem a concepção antropológica de cultura, que reconhece todas as formas de organização, símbolos e vida social, mesmo assim, persiste uma “hierarquia dos capitais culturais: vale mais a arte que os artesanatos, a medicina científica que a popular” (CANCLINI, 1994, p. 94-95). O campo do debate patrimonial é sempre o “espaço de disputa econômica, política e simbólica, o patrimônio está atravessado

pela ação de três tipos de agentes: o setor privado, o Estado e os movimentos sociais” (CANCLINI, 1994, p. 100).

As baianas de acarajé ganharam mais visibilidade depois do registro do Ofício como patrimônio. As consequências da inserção destas nas políticas patrimoniais são apresentadas por Rita dos Santos, atual presidente da ABAM, pois, “nós baianas estamos mais em evidência e estamos enfrentando novos desafios”, como o movimento de “elaboração do plano de salvaguarda e a inscrição nos editais federais referentes à cultura popular”. No campo econômico, as transformações também foram sentidas, sobretudo o aumento da utilização da imagem da baiana de acarajé pelas empresas especializadas em turismo em Salvador, ou mesmo a gama de cursos que as baianas fazem para aprimorarem suas técnicas de preparo, apresentação e atendimento ao cliente. Na esfera política, os embates se acirraram. Rita comentou o processo. Nele, aconteceram debates com Jacques Wagner, na época governador do Estado da Bahia, e o posterior reconhecimento do Ofício como Patrimônio Imaterial da Cultura da Bahia, conquistado no ano de 2012.

O patrimônio imaterial é um campo que está em constante disputa, pois registrar um bem é colocar em destaque uma “memória” e uma “história”. Por isso, ao registrar um bem ligado à religiosidade afro e às mulheres negras coloca-se em destaque um grupo que por muitos anos viveu à margem. A categoria patrimônio deve ser usada enquanto arma de luta, por espaço e por reconhecimento.

NOTAS

1. Realizei as entrevistas para o desenvolvimento da minha pesquisa de mestrado defendida em 2013.
2. Lei sancionada pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 20 de janeiro de 2010. Segundo o documento, “fica instituído, no calendário das efemérides nacionais, o Dia Nacional da Baiana de Acarajé, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de novembro” (BRASIL, 2010). Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12206.htm>. Acesso em: 15 jan. 2013.
3. Saia de ração, também chamada de roupa de ração, é um tipo de roupa usado em atividades do cotidiano do candomblé. É um modelo de roupa lisa, simples, sem adornos, formado por saia e camisa. Enraizado nas casas de candomblé, é uma roupa interna, composta por saia sem anáguas, pode ter camisa ou não, neste último caso ela pode ser elevada até a altura do busto e com os ombros livres (LODY, 2003).
4. Baianas protestantes, geralmente seguidoras das vertentes neopentecostais que vendem acarajé.
5. O Decreto nº 3.551, do Ministério da Cultura, instituiu a criação do Programa Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial, norteador e organizador da eleição de bens imateriais da cultura brasileira. Esta parte visa à realização de uma análise de tal decreto, com suas discussões atuais sobre o processo, abrangendo: indicação, organização e titulação. No documento fica instituído o registro de Bens Culturais de natureza Imaterial que formam Patrimônio Cultural do Brasil, criando

o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. No parágrafo primeiro, delimita-se a forma que se fará o registro de Bens Culturais, com seus respectivos Livros.

REFERÊNCIAS

APPADRURAI, Arjun. *A vida social das coisas: mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Trad. Agayha Bacelar. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

BITAR, Nina Pinheiro. “*Agora, que somos patrimônio...*”: um estudo antropológico sobre as “*baianas de acarajé*”. Rio de Janeiro, 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto Federal de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BRASIL. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

CAPONE, Stefania. *A busca da África no candomblé: tradição e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, Pallas, 2009.

_____. *Os yorubas no novo mundo: religião, etnicidade e nacionalismo negro nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Cultura, festas e patrimônio*. In: MARTINS, Carlos Benedito (Coord.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Trad. Cid Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A fome e o paladar: uma perspectiva antropológica*. In: *Alimentação e cultura popular*. Rio de Janeiro: Funarte, IPHAN, CNFCP, 2002.

_____. *A Retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

_____. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Museu, Memória e Cidadania, 2007.

_____. *O patrimônio como categoria de pensamento*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

HALL, Stuart. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik; Trad. Adelaine La Guardia Resendê et alii. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Decreto nº 3.551. Brasília, agosto de 2000. Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

_____. *Ofício das Baianas de Acarajé*. Livro de Registro dos Saberes. Brasília, 2004.

_____. Parecer Jurídico nº 017/04. Processo nº 01450.008675/2004-01. Brasília, 2004. Relator Sista Souza dos Santos.

_____. Parecer Técnico nº R002/2004. Processo nº 01450.008675/2004-01. Brasília, 2004. Relator Ciane Gualberto Feitosa Soares.

_____. Registro do Ofício das Baianas de Acarajé em Salvador, BA. Processo nº 01450.008675/2004-01. Salvador, 2004. Relator Roque de Barros Laraia.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et alii. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LODY, Raul. *O que que a baiana tem: pano-da-costa e roupa de baiana*. Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 2003.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

PINHO, Patrícia de Santana. *Reinvenções da África na Bahia*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. *Mama Africa: reinventing blackness na Bahia*. Durham, NC; London: Duke University Press, 2010.

PRANDI, Reginaldo. Hipertrofia ritual das religiões afro-brasileiras. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 56, p. 77-88, mar. 2000.

SANT'ANNA, Márcia. Relatório final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. In: SANT'ANNA, Márcia G. de (Org.). *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. 5. ed. Brasília, DF: IPHAN, 2012.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil*. Salvador: Edufba, 2005.

VILHENA, Luís Rodolfo; CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 1990.

Debora Simões de Souza Mendel é Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro, Brasil. Mestre e Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-Graduada Lato Sensu em Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ).

Como citar:

MENDEL, Debora Simões de Souza. O Ofício das Baianas de Acarajé: narrativas sobre o modo de saber fazer. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 15, n. 1, p. 495-512, jan./jun. 2019. Disponível em: <pem.assis.unesp.br>.